



**PLANO DE TRABALHO**  
**SERVIÇO: CENTRO DE ACOLHIDA ESPECIAL**  
**PARA FAMÍLIAS-CAE FAMÍLIAS**

**DISPENSA DE CHAMAMENTO**

**PROCESSO N°**

**1 – DADOS DO SERVIÇO**

1.1. Tipo de Serviço: Centro de Acolhida às Pessoas em Situação de Rua

1.2. Modalidade: Centro de Acolhida Especial para Famílias- CAE Família

1.3. Capacidade de Atendimento:

1.3.1. N° total de vagas: 80 vagas

1.3.2. Turnos: 24 hs (todos os dias da semana)

1.3.3. N° de vagas por turno: 80

1.3.4. N° de vagas por gênero: xxxxx

1.4. Local de instalação do serviço: Ermelino Matarazzo

1.5. Área de Abrangência: Territorial

1.6. Bem Imóvel: Locado pela SMADS

1.7. Forma de Pagamento de concessionárias (água/luz): pagas diretamente por SMADS

1.8. Valor mensal do custeio do serviço:

1.8.1. Para OSC sem isenção de cota patronal do INSS: R\$ 125.661,48

1.8.2. Valor para aluguel e IPTU: R\$ XXXXX ou outro valor para aluguel no limite das legislações vigentes mais IPTU e de acordo com disponibilidade orçamentária da SMADS.

1.8.3. Valor da verba de implantação: R\$ 125.661,48

**2- IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

2.1. Nome da OSC: Samaritano São Francisco de Assis

2.2. CNPJ: 02.627.820/0001-33

**2.3. Endereço completo: Rua Azevedo Soares, nº 2.406 – Tatuapé – São Paulo**

**2.4. CEP: 03322-002**

**2.5. Telefones: (11) 4323-6008 e 2225-2761**

**2.6. E-mail: sfassis@terra.com.br / cecstringhini@gmail.com**

**2.7. Site: www.ongsamaritano.org.br**

**2.8. Nome da Presidente da OSC: Cecília Stringhini**

**2.8.1. CPF: 064.372.588-10**

**2.8.2. RG/Órgão Emissor: 15.934.896-1- SSP/SP**

**2.8.3. Endereço: Rua Visconde de Itaboraí, nº106 –Tatuapé-- CEP: 03308-050**

### **3– DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA**

Por meio de um documento disponível no sítio eletrônico de SI11ADS, verificamos que em 2015 foi realizado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas a Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo.

Após análise do referido documento, extraímos na íntegra, os dados referentes à população em situação de rua na composição do grupo "família em situação de rua", conforme segue:

Pesquisas sobre população em situação de rua mostram que, de modo geral, a perda da moradia e a ida para a rua representam a ruptura das relações familiares. A pesquisa do perfil socioeconômico dessa população, realizada pela FIPE em 2015, estimou que cerca de 80% perderam seus vínculos familiares quando passaram a viver nos centros de acolhida e/ou nas ruas. No entanto, uma parcela dessa população conseguiu viver com membros de sua família. Estima-se que esse grupo constitui 13% de acolhidos e 17% de rua.

Os Centros de Acolhida (CA) que compõem a maior parte de rede de serviços para abrigar essa população não preveem o atendimento de casais com ou sem filhos, uma vez que a unidade de atendimento é a "vaga". A atual diversificação da rede de serviços de SMADS, com os Centros de Acolhida Especiali:, e novos programas criados em parceria com outras secretarias, ainda abrigam uma proporção relativamente pequena de famílias com ou sem filhos.

Na composição do grupo "família em situação de rua" foram consideradas as pessoas que declararam estar vivendo com algum familiar nos centros de acolhida ou nas ruas. São pessoas que conseguiram manter, total ou parcialmente, os vínculos familiares anteriores ou que, na rua, constituíram novos laços familiares/afetivos. Para a caracterização das condições de vida do grupo familiar foram selecionadas algumas das informações levantadas na pesquisa, relacionadas aos seguintes temas: perfil demográfico; centros de acolhida e rua; tempo de rua e idade com que foram para a rua; trabalho e renda; saúde e uso de álcool e drogas; cidadania e percepção sobre saída da rua.

Perfil das pessoas que atualmente vivem com a família Do ponto de vista demográfico, alguns aspectos diferenciam esse grupo do restante da população em situação de rua. As mulheres participam em proporção expressiva (51% entre os acolhidos e 38% na rua)<sup>11</sup>, bem superior à média verificada para o total da população em situação de rua (12%), indicando que grande parte das famílias é formada por mulheres acompanhadas por seus filhos e/ou cônjuge. Trata-se de um grupo relativamente jovem em que cerca de 70% têm até 40 anos. A idade média dos acolhidos é 38 anos e dos de rua, 37 anos, com significativa participação dos adultos jovens até 30 anos (28% e 26%) e menor presença dos mais velhos com 50 anos e mais (15% e 11%).

Alguns aspectos demográficos reproduzem o padrão verificado na população como um todo. Quanto à cor, predominam os não brancos. A escolaridade é, de modo geral, baixa: a taxa de analfabetos é elevada (8% e 11%) e menos de 20% concluíram o ensino fundamental e o médio. Tal como no conjunto da população em situação de rua, uma parte dos que vivem com a família é formada por paulistanos, mas predominam os que migraram para São Paulo (65% e 71%). A maioria dos migrantes vive na capital há mais de 5 anos (51% e 85%). No entanto, entre os acolhidos existe uma parcela significativa (36%), que vive na cidade há menos de um ano. Finalmente cabe destacar, entre os acolhidos, a presença de estrangeiros (13%) que são em sua maioria, oriundos de países africanos, mas também do Chile, Nepal e Haiti.

Do total de famílias que utilizam a rede de assistência, metade é atendida nos Centros de Acolhida (CA) que não recebem casais com ou sem filhos. A outra metade é atendida nos Centros de Acolhida Especiais (CAE) e nos programas equivalente ao Braços Abertos, Família em Foco, Autonomia em Foco e o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI). Esses programas acolhem pessoas ou grupos que necessitam de atendimento especializado como mulheres, famílias e imigrantes, entre outros. De modo geral, a estratégia de vida nas ruas envolve o revezamento de períodos de pernoite em centros de acolhida e rua. Entre as famílias que utilizam os serviços de acolhida com regularidade, 74% já tiveram a experiência de dormir na rua,

<sup>1</sup> Neste texto, as porcentagens entre parêntesis referem-se sempre a acolhidos e rua, respectivamente.

enquanto 26% dormiram apenas em centros de acolhida. Por outro lado, estima-se que 81% das pessoas com famílias nas ruas já dormiram em centros de acolhida.

Os acolhidos e os de rua que vivem com suas famílias apresentam trajetórias relativamente distintas entre si, com relação à idade com que foram para a rua e o tempo que aí vivem. Os acolhidos estão, em média, há menos tempo nessa situação e ao passarem para a rua tinham idade um pouco mais elevada. Estima-se que o tempo médio de rua dos acolhidos é 4,4 anos. A maior parte (52%) tem até 1 ano de rua e 24%, mais de 5 anos. A idade média com que chegaram à rua é estimada em 33 anos. Para 35% dos acolhidos o início da vida na rua ocorreu quando ainda eram jovens (18 a 30 anos), mas para grande parte esse fato ocorreu entre 31 e 49 anos (48%). Em relação aos de rua, o tempo médio de vida na rua foi estimado em 5,9 anos. Aproximadamente 31% têm até 1 ano de rua e 38%, mais de 5 anos. A idade média com que chegaram à rua é 31 anos. Calcula-se que 45% iniciaram a vida na rua quando ainda eram jovens (18 a 30 anos) e 39% tinham entre 31 e 49 anos.

A grande maioria das pessoas desse grupo declarou exercer alguma atividade para conseguir dinheiro, mas a condição de trabalho predominante é a realização de atividades por conta própria e bicos (53% e 77%). O emprego formal com registro, tanto para acolhidos como de rua, aparece em proporção residual (5% e 2%), enquanto o emprego sem registro tem participação relativamente maior entre os acolhidos (16%), mas é inexpressivo entre os de rua (3%). Parte significativa dessas pessoas não estava trabalhando: 28% dos acolhidos e 18%, de rua.

Estimar o rendimento auferido pelas pessoas em situação de rua acompanhadas de seus familiares apresenta uma grande dificuldade resultante do tamanho relativamente reduzido desse grupo: (13% do total de acolhidos e 17% dos de rua), o que limita a representatividade estatística dos resultados. A esse fator acresce o pequeno número de assalariados e os prováveis erros de declaração, restringindo ainda mais o significado das informações obtidas. As mesmas observações se aplicam à tentativa de estimar o rendimento dos que trabalham por conta própria e bicos, com dificuldades adicionais não apenas pelos esperados erros de declaração, mas também pela frequência irregular e a variabilidade dos recebimentos.

Além do rendimento do trabalho, uma parte dessas pessoas recebe benefícios tais como Bolsa Família, Bolsa Cidadã, Benefício de Prestação Continuada – BPC, entre outros, que garantem uma renda adicional para 58% dos acolhidos e 22% de rua.

A pesquisa revelou que há uma ampla utilização dos serviços públicos de saúde entre as pessoas das famílias em situação de rua. Estima-se que 86% dos acolhidos e 66% de rua recorreram ao atendimento em diversas unidades de saúde nos últimos 3

meses. Entre os primeiros, apenas 1% não utilizaram esses serviços e entre os segundos, 11%.

Com relação ao consumo de substâncias psicoativas o perfil do grupo que vive com familiares é relativamente semelhante ao do conjunto da população em situação de rua. Estima-se que 45% dos acolhidos e 88% de rua estão na condição de consumidores de álcool, drogas ou ambos combinados. As drogas ilícitas mais utilizadas são o crack, maconha e cocaína, em proporções sempre mais elevadas entre os de rua, comparativamente aos acolhidos.

O tema Cidadania foi abordado nos seguintes aspectos: posse de documentos, o impedimento de acesso a determinados locais e a violência sofrida. Os resultados observados para esse grupo são, de modo geral, semelhantes aos do conjunto da população em situação de rua. Quase a totalidade tem ao menos um documento (99% e 79%) e é expressiva a proporção dos que têm os quatro principais documentos (RG, CPF, carteira de trabalho e título de eleitor): 55% e 39%.

Quanto à discriminação e violência sofrida por essas pessoas, não há discrepâncias entre os resultados encontrados para o conjunto da população em situação de rua. No entanto, vale destacar que o abuso sexual contra pessoas desse grupo ocorreu em proporção significativamente mais elevada. Nas famílias, 9% dos acolhidos e 10% de rua foram agredidos sexualmente, enquanto no conjunto da população foram 4% e 6%, respectivamente. As taxas mais elevadas de ocorrência de abuso sexual entre pessoas que vivem com a família, podem estar relacionadas à maior presença de mulheres entre elas.

A pergunta sobre qual a principal condição que ajudaria a sair da rua foi mencionado em maior proporção o acesso a moradia permanente (47% e 38%), seguido de emprego fixo (38% e 27%). A superação da dependência de álcool e drogas foi mencionada principalmente pelos de rua (17%). É curioso observar que o retorno à casa da família não se coloca como alternativa para a quase totalidade das pessoas desse grupo.

Frente aos dados, e refletindo que a Política de Assistência Social tem como um dos seus eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar, e entre uma de suas provisões, a segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social. Observamos o desafio da Municipalidade em buscar alternativas de atendimento que ofereçam um acolhimento humanizado a essas pessoas e grupos familiares, que respeite sua heterogeneidade e trajetória de vida e de situação de rua, como base na postura ética, com respeito à dignidade e diversidade, sem discriminações ou restrições.

Como visto, a pesquisa descreve claramente a realidade do objeto da parceria, demonstrando a situação emergencial para o acolhimento e atendimento das carências destas famílias em situação de rua.

A OSC Samaritano ao longo dos seus mais de 20 anos de atuação vem desenvolvendo expertise no apoio e atenção a diversas populações em situação de vulnerabilidade, em diversos territórios da cidade de São Paulo, além de parcerias importantes dentro e fora do município nessa parcela de atendimento.

No sentido de construir a identidade do território das SAS EM abrangendo os Distritos de Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa uma das primeiras ações será o georreferenciamento dos serviços e recursos do território através de pesquisa participativa, com vistas a uma metodologia etnográfica de coleta e tratamento dos dados a serem realizadas na comunidade e entorno. Em campo com o uso inclusive de técnicas de observação e entrevistas com os moradores, coleta de dados, observação, visitas nos locais indicados vai se desvendando a rede disponível. Outras ferramentas importantes serão acessadas na construção e apropriação do saber em relação ao território como o - Atlas Socioassistencial da Cidade de São Paulo, o Mapa da Inclusão/ Exclusão da Cidade de São Paulo e dados dos institutos SEADE, IBGE, FIPE entre outros e todas as fontes disponíveis na contemporaneidade no que diz respeito a mídia e internet.

É importante destacar que esse movimento será constante uma vez que como já citado o conceito de território só se ressignifica com o apropriar de seus moradores a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam.

Ainda sobre a realidade, necessitamos discorrer sobre as características do território a ser atendido englobando a área de abrangência das SAS EM conforme segue:

**De acordo com o Infocidade, encontramos:**

Distritos	Área (km <sup>2</sup> )	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km <sup>2</sup> )
Ermelino Matarazzo	8,70	113.615	13.059
Ponte Rasa	6,40	93.894	14.671
TOTAL	15,10	207.509	13.742

Os bairros do Distrito de Ermelino Matarazzo são: Ermelino Matarazzo, Jardim Belém, Jardim Keralux, Jardim Matarazzo, Jardim Pantanal, Jardim Verônica, Parque Boturussu, Parque Guedes, Vila Nova Teresa, Vila Paranaguá e Vila Robertina.

Faz parte do Distrito da Ponte Rasa os seguintes bairros: Burgo Paulista, Jardim Caju, Jardim Gotinha, Jardim Fonte São Miguel, Jardim Frugol, Jardim Laone, Jardim Lisboa, Jardim Metropolitano, Jardim Ponte Rasa, Jardim Popular, Jardim Santo Onofre, Jardim São Nicolau, Jardim Soraia, Jardim Três Marias, Londrina, Parque Penha, Parque Recreio, Ponte Rasa, Vila Bauab, Vila Caju, Vila Constância (Ponte Rasa), Vila Costa Melo, Vila Domitília, Vila Frugoli, Vila Mirim, Vila Odete, Vila Ponte Rasa, Vila Prima, Vila Ribeiro dos Santos, Vila Rio Branco (Ponte Rasa), Vila Sampaio, Vila Santa Lúcia, Vila São Francisco, Vila Stela, Vila União (Ponte Rasa).

Conquanto o Distrito de Ponte Rasa tenha um IDH elevado e equivalente a 0,834 e com renda média de R\$ 919,10, do total dos 28.667 domicílios, encontramos 683 domicílios com muito alta vulnerabilidade (IPVS), Famílias inseridas no Cad'único = 5.031 (julho/2014) e 709 Domicílios com renda per capita de até 'X salário mínimo.

No Distrito de Ermelino o IDH equivale a 0,801 e com renda média equivalente ao Distrito da Ponte Rasa. Do total de domicílios encontramos 5.132 domicílios com alta ou muita alta vulnerabilidade (IPVS) e 1.180 domicílios com renda per capita de até 'X salário mínimo, 10.709 famílias inseridas no Cad'Único.

De acordo com a Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo, o Distrito da Ponte Rasa tem as seguintes favelas: Jardim Gotinha, Vila Constância, Anajazeira, Anajazeira II, Antonio Kirsten, Breno Acioli, Candido Borges Monteiro, Monte Sagrado e São Severo.

No Distrito de Ermelino Matarazzo encontramos as seguintes favelas: Vila Dania Mungo Park, Veronia I / Rua Das Crianças / Crias, Veronica II / Buraco Quente, Dona Lola, Favela São Jorge, Parque Boturussu, Figueira da Polinésia, Vila Guaraciaba, Teólogo John Wesley, Sampei Sato, Balapapesp, Dario da Costa Matos, Córrego Mongaguá, Boaventura Rodriguez da Silva, Parque Linear Dario da Costa Parque Linear Castro Lopes, Parque Linear Baía dos Pinheiros. Carmo, Sapolandia, Sta.Terezinha, Santa Inês, Pantanal, Morro do Querosene, Gaicla dos Onze Garotos e Colorado.

#### **4- DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E PAR, METROS PARA A AFERIÇÃO DE SEU CUMPRIMENTO**

O Serviço Centro de Acolhida Especial para Famílias ora proposto, tem como metas:

- **Meta:** 100% (cem por cento) de gestantes com acompanhamento pré-natal em dia durante o trimestre;
- **Meta:** 100% (cem por cento) de mulheres com filho que possuam perfil encaminhado para inclusão em Programas de Transferência de Renda – PTR durante o trimestre;
- **Meta:** 80% (oitenta por cento) de adultos atendidos (18 anos ou +) que participaram de atividades em grupo durante o trimestre;
- **Meta:** 100% (cem por cento) de idosos/pessoas com deficiência, ingressantes no trimestre, encaminhados para obtenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- **Meta:** 100% (cem por cento) de pessoas em atendimento na rede pública de saúde acompanhada pelo serviço durante o trimestre;
- **Meta:** 100% (cem por cento) de adultos com Plano Individual de Atendimento (PIA) em execução durante o trimestre;
- **Meta:** de 30% ou mais de adultos desligados pela resolução do caso (República, autonomia financeira ou retorno à família) durante o semestre (avaliar em jun. e dez. de cada ano);
- **Meta:** de 50% ou mais de famílias dos usuários ingressantes contatadas durante o trimestre.

Serão considerados os seguintes parâmetros:

**Provisões Institucionais, físicas e materiais.**

- ,. Fornecimento de alimentação composta de refeições completas com padrões nutricionais adequados às diferentes faixas etárias atendidas e condições de saúde;
- ,. Oferecimento de banho e higiene pessoal;
- ,... Oferecimento de lavagem e secagem de roupa;
- ,. Salas de atendimento individualizado;
- ,. Salas de atividades coletivas e comunitárias,
- ,. Cozinha, despensa e refeitório;
- ,. Banheiros com chuveiros e instalações sanitárias;
- ,. Lavanderia;



A

- Imoxarifado;
- ,- Quartos/Alojamentos;
- ).. Espaço para guarda de pertences e de documentos;
  - Espaço de estar e convívio;
  - Espaços com: Iluminação e ventilação adequadas, limpeza e conservação e acessibilidade em todos os ambientes;
- ).. Banco de Dados de pessoas adultas em situação de rua- SISRUA;
  - Atualização diária do SISRUA;
  - Computador com configuração que comporte sistemas de dados e provedor de internet de banda larga;

B

anco de Dados de seus usuários e da rede de serviços do território.

### **Trabalho social**

- ;- Acolhida/Recepção;
- ,- Escuta;
  - Estudo Social;
  - Construção e acompanhamento Plano Individual de Atendimento - PIA;
- ).. Orientação individual/grupal sistemática;
- I Operacionalização de referência e contra referência;**
  - Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
  - Busca de contato com familiares e /ou pessoas de referência;
- ;- Identificação e encaminhamento de pessoas com perfil para inserção em PTR ou BPC;
  - Orientação para acesso á documentação pessoal;
  - Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho;
- ).. Mobilização para o exercício da cidadania;
  - Articulação e encaminhamento para a rede Socioassistencial e para os serviços de outras políticas públicas;
  - Articulação e contatos com fontes de ofertas de trabalho;

9

},,

E

laboração de relatórios e manutenção de prontuários.

### **Trabalho socioeducativo**

,.. Desenvolvimento de atividades socioeducativas

,.. Desenvolvimento de atividades de convívio social, estimulando a participação em atividades na rede pública e privada;

:/ Desenvolvimento de atividades que estimulem o resgate dos vínculos familiares e intrafamiliares;

≡ **Incentivo ao desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para autonomia;**

> Participação dos usuários nas ações do cotidiano no Centro de Acolhida e responsabilização pelo cuidado do espaço físico,

;.. Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana;

ncentivo á organização de seus pertences, hábitos de higiene, cuidados pessoais e outros aprendizados.

### **Aquisições dos usuários**

> Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;

;... Ter acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais;

,.. Ter sua identidade, integridade e história de vida preservada;

,.. Ter acesso á documentação pessoal;

\_ Ter reparados ou minimizados os danos por rompimento de vínculos familiares e intrafamiliar;

:/ Ter acesso á rede Socioassistencial, benefícios, BPC e pro Jramas de transferência de renda;

;,, Ter acesso aos serviços das demais políticas públicas;

,.. Ter ganhos em autonomia, protagonismo e condições de bem estar;

,.. Ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;

- ,- Conhecer seus direitos e como acessá-los;
- > Ter acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo;
- :: Ter endereço institucional como referência;

R

receber atendimento profissional para poder construir projetos pessoais e sociais e desenvolver autoestima.

Para efeito de aferição, os parâmetros estão assim distribuídos:

**I - Dimensão Organização e Funcionamento – Espaço Físico:** essa dimensão compõe: ambiente organizado e acolhedor; acessibilidade; espaço físico; manutenção; alimentação; preservação e guarda dos materiais; comunicação visual; e social.

Para esta dimensão serão considerados os seguintes parâmetros para aferição:

- a) de 0 a 4 pontos é **INSATISFATÓRIO**;
- b) de 5 a 9 pontos é **SAFISTATÓRIO COM RESSALVA**;
- c) de 10 a 16 pontos é **SATISFATÓRIO**.

**II - Dimensão Organização e Funcionamento- Gestão dos Recursos Financeiros:** essa dimensão compõe: acompanhamento das propostas de flexibilização; compatibilidade dos elementos de despesa e quantidades, justificativa de gastos imprevistos ou fora do padrão, grau de organização das informações administrativas e financeiras.

Para esta dimensão serão considerados os seguintes parâmetros para aferição:

- a) de 0 a 1 ponto é **INSATISFATÓRIO**;
- b) de 2 a 4 pontos é **SAFISTATÓRIO COM RESSALVA**;
- c) de 5 a 7 pontos é **SATISFATÓRIO**.

**III- Dimensão Organização e Funcionamento- Gestão Administrativa:**

essa dimensão compõe: quadro de profissionais; participação em ações formativas; abrangência da supervisão in loco; horário de funcionamento; posturas dos profissionais; fluxos de informação dos usuários; estímulo á participação em espaços de controle social ou defesa de direitos.

Para esta dimensão serão considerados os seguintes parâmetros para aferição:

- a) de 0 a 14 pontos é **INSATISFATÓRIO**;
- b) de 15 a 28 pontos é **SAFISTATÓRIO COM RESSALVA**;
- c) de 29 a 42 pontos é **SATISFATÓRIO**.

**IV - Dimensão Acompanhamento de Plano de Trabalho -- Dimensão Técnico-Operativa- Trabalho com Usuários:**

li

essa dimensão compõe: grau de participação na construção das normas de convivência; atualização de registro dos usuários; socialização das informações; discussão de casos; estratégias para inclusão/atualização dos usuários no CadÚnico e outros programas de transferência de renda; mapeamento das relações de vínculos afetivos; participação dos usuários nos projetos de revitalização; participação dos usuários no planejamento das atividades; aquisições dos usuários por atividade desenvolvida; atividades externas; canais de comunicação e sugestão de usuários; intensidade das intervenções dos profissionais na mediação de conflitos; mecanismos para avaliação das atividades; articulação entre atividades e espaços para difusão das produções dos usuários; estímulo à participação dos usuários durante as atividades, laicidade e respeito à diversidade religiosa nas atividades desenvolvidas.

Para esta dimensão serão considerados os seguintes parâmetros para aferição:

- a) de 0 a 48 pontos é INSATISFATÓRIO;
- b) de 49 a 95 pontos é SÁTIMSTÁTÓRIO COM RESSALVA;
- c) de 96 a 142 pontos é SATISFATÓRIO.

#### V - Dimensão Acompanhamento de Plano de Trabalho ... Dimensão Técnico-Operativa-Trabalho com Família:

essa dimensão compõe: mapeamento das relações de vínculo afetivos; participação dos familiares nos projetos de revitalização; participação dos familiares no planejamento das atividades; aquisições dos familiares por atividade desenvolvida; habilidades de sociabilização e convívio; canais de comunicação e sugestão de usuários; intensidade das intervenções dos profissionais na mediação de conflitos; mecanismos para avaliação das atividades; visitas domiciliares; serviços de referência e contrarreferência; articulação entre atividades e espaços para difusão das produções dos usuários; estímulo à participação dos usuários durante as atividades.

Para esta dimensão serão considerados os seguintes parâmetros para aferição:

- a) de 0 a 36 pontos é INSATISFATÓRIO;
- b) de 37 a 72 pontos é SÁTIMSTÁTÓRIO COM RESSALVA;
- c) de 73 a 108 pontos é SATISFATÓRIO.

#### VI - Dimensão Acompanhamento de Plano de Trabalho ... Dimensão Técnico-Operativa – Trabalho com Território:

essa dimensão compõe: participação nas atividades do território; Mapeamento dos recursos acionados no mês/semestre no território; Articulação com outros serviços socioassistenciais, especificando quais e os objetivos; Articulação com outros serviços de outras políticas, especificando quais e os objetivos; Articulação para realização de eventos comunitários, passeios ou atividades externas com usuários/famílias.

Para esta dimensão serão considerados os seguintes parâmetros para aferição:

- a) de 0 a 10 pontos é INSATISFATÓRIO;
- b) de 11 a 21 pontos é SÁTIMSÁRIO COM RESSALVA;
- c) de 22 a 34 pontos é SATISFATÓRIO.

## 5 – FORMA DE CUMPRIMENTO DAS METAS

Para as metas serem cumpridas, as ações a serem executadas deverão pautar-se de forma geral em acolher e garantir proteção integral às pessoas/famílias em situação de rua, contribuindo para a reinserção social.

Deverá ainda, pautar-se de forma específica:

- Construir o processo de saída das ruas, respeitando-se as modalidades de atendimento ou da situação da população atendida;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade, autonomia e o protagonismo da população em situação de rua;
- Promover ações para a reinserção familiar e comunitária.
- Possibilitar condições de acesso a rede de serviços e a benefícios assistenciais e demais políticas públicas.

De acordo com a Portaria 46/SMADS/2010, o Centro de Acolhida às Pessoas em Situação de Rua na modalidade de "CENTRO DE ACOLHIDA ESPECIAL PARA FAMÍLIAS" caracteriza-se como um serviço de acolhimento provisório para pernoite em espaço com estrutura para acolher com privacidade pessoas adultas em situação de rua, a partir dos 18 anos, com ou sem crianças, respeitando o perfil do usuário, bem como sua orientação sexual.

Essa modalidade destina-se a priorizar públicos específicos que requerem atendimento diferenciado, respeitando-se o ciclo de vida, gênero, período de convalescença e famílias assim definido: CENTRO DE ACOLHIDA ESPECIAL PARA FAMÍLIAS.

No tocante a forma do cumprimento das metas, informamos que a aferição mensal da qualidade e quantidade do serviço ora proposto, se dará por meios e procedimentos, dentre eles, acompanhamento sistemático dos dados e informações de execução do serviço e respectivas prestações de contas com ênfase em:

- a-) se o princípio da supremacia do interesse público e os direitos socioassistenciais dos usuários estão sendo respeitados na execução do serviço;
- b-) se o número de vagas e se as ofertas constantes do serviço estão sendo respeitadas;
- c-) se o cumprimento das metas, da grade de atividades previstas e das correções de irregularidades em relação às normas técnicas estão sendo consideradas;
- d-) apresentação de material comprobatório das atividades e ações realizadas no período por meio de fotos, vídeos ou outros suportes;
- e-) se está ocorrendo o acompanhamento do grau de satisfação do usuário e a progressão de suas aquisições em decorrência dos serviços oferecidos;
- f-) se a organização está realizando processos de capacitação e avaliando continuamente sua qualificação para o desempenho do serviço;
- g-) se está sendo utilizado e alimentado os sistemas indicados por SMADS para o acompanhamento dos dados inerentes ao serviço;
- h-) se a articulação do serviço conveniado à rede Socioassistencial local, regional e municipal de modo a assegurar a completude da atenção e a intersetorialidade das atenções ao usuário.

Ressaltamos que os instrumentais utilizados serão os já definidos de acordo com as normas e portarias previamente indicadas por SMADS e, quando sugerida pela organização, serão previamente submetidos à supervisão do serviço para análise e aprovação.

Observamos ainda, que a organização também, se pautará nos critérios e procedimentos definidos na Portaria 55/SMADS/2017 referente ao Ajuste Financeiro Mensal e à Prestação de Contas Parcial.

## **6 – DETALHAMENTO DA PROPOSTA**

### **6.1. Público alvo:**

Pessoas em situação de rua, de ambos os sexos, acima de 18 anos, acompanhados ou não de filhos.

## **6.2. Informações das instalações a serem utilizadas:**

O imóvel será locado diretamente por SMADS no território de Ennelino Matarazzo.

O imóvel deverá ser constituído por instalações físicas adequadas com condições de salubridade, segurança e grau de privacidade compatível, equipado com recursos materiais necessários à acolhida e alojamento de até 80 (oitenta) pessoas, com condições de pernoite, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, alimentação, guarda-volumes e trabalho socioeducativo.

O imóvel deverá ser adequado de forma a atender as instalações necessárias para o desenvolvimento do serviço, garantindo a acessibilidade em todos seus ambientes, limpeza e conservação dos espaços.

Na área administrativa deverá conter ainda: computador com configuração que comporte acessos a sistemas de dados e provedores de internet de banda larga; banco de Dados de seus usuários e da rede de serviços do território; e materiais necessários ao desenvolvimento do serviço.

Observamos ainda, que o serviço funcionará ininterruptamente, 24 horas diárias, de domingo a domingo.

A organização da rotina (incluindo as refeições) será estabelecida de acordo com o perfil do público atendido e da programação realizada. As definições deverão ser elaboradas de forma participativa e pactuadas coletivamente.

## **6.3. Vinculação da ação com as orientações do Plano Municipal de Assistência Social e diretrizes nacionais – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERENCIA DE RENDA**

Os serviços aqui propostos terão sua vinculação com as normativas que tratam sobre os serviços socioassistenciais, mencionados na Constituição Federal de 1988, o PLASSP, na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais bem como, o centro de referência especializado para o atendimento da população em situação de rua; Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Especial de População em Situação de Rua e sem deixar de citar as orientações contidas consoantes às determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA quando houver crianças e adolescentes pertencentes ao núcleo familiar, consolidam suas diretrizes elegendo a família como sistema dinamizador de mudanças frente às situações de vulnerabilidade presentes nos processos de exclusão e representa a política social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do município de São Paulo de forma integral e integradora. O SUAS – Sistema Único de Assistência Social, organiza suas ações em dois tipos de proteção social, sendo que o Centro de Acolhida Especial para Famílias, se caracteriza na tipificação de proteção social especial:

a) proteção social básica destinada à prevenção de riscos sociais, pessoais, por meio de oferta de programas, serviços e benefícios aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social;

b) proteção social especial, destinada às famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados em decorrência de abandono, maus-tratos, negligência, abuso sexual, uso indevido de drogas, entre outros aspectos. No caso da população em situação de rua além da pobreza extrema, o que a caracteriza são os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional.

Neste contexto, o Centro de Acolhida Especial para Famílias está inserido na política de proteção social especial e, de acordo com a Tipificação Nacional e Orientações Técnicas oferecerá acolhimento especial para famílias em situação de rua, de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com objetivo de resiliabilizar e reconstituir vínculos familiares e comunitários e sua autonomia. Funcionará em consonância às



orientações do Plano Municipal de Assistência Social como serviço de proteção social de alta complexidade.

Vale ressaltar que este serviço estará vinculado ao CREAS da SAS EM e manterá relação direta com a equipe técnica deste Centro, que deverá operar a referência e a contra referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Centros de Defesa, dentre outros) e demais políticas públicas, no intuito de estruturar e contribuir para a redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; a proteção social a famílias e indivíduos; a redução de danos provocados por situações violadoras de direitos e a construção de novos projetos de vida.

#### 6.4. Forma de acesso dos usuários e controle da demanda ofertada

Por encaminhamentos dos CRAS, CREAS, outros serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

#### 6.5 Metodologia a ser desenvolvida na acolhida e no trabalho social de modo a evidenciar as estratégias de atuação para alcance das metas

Esse serviço deverá promover o fortalecimento bio-psico-social e econômico das famílias participantes, por meio de oferta de acolhida e convívio social na perspectiva de reconstituição de vínculos e desenvolvimento de capacidades e habilidades. Deverá garantir a proteção social às famílias, por meio de um conjunto articulado de ações, que perpassam pela segurança de acolhimento institucional, da articulação da rede Socioassistencial garantindo a inclusão destas em serviços/programas/projetos, da inclusão no Cad'único, inclusão em programas de transferência de renda e moradia. E garantindo de forma integrada, com as demais políticas públicas a inclusão das crianças/adolescentes na rede formal de ensino, nos serviços de saúde da atenção básica/saúde mental, e em cursos de requalificação profissional com intenção da empregabilidade aos responsáveis.

Essa metodologia exige a definição das especificidades e das responsabilidades, dos diversos órgãos envolvidos, tanto os governamentais como os não governamentais, para determinar a hegemonia no direcionamento das ações. As reuniões sistemáticas e periódicas se constituem em ferramentas que permitem uma atuação compartilhada por todos com resultados efetivos. Ressaltamos que as ações serão desenvolvidas nesse serviço de forma integrada às demais políticas públicas, essa integração deverá propiciar a promoção de direitos e impactos efetivos e eficazes, para que de forma mais autônoma, a população atendida construa saídas alternativas da rua.

O desenvolvimento das atividades deverá compor um arcabouço que respeite as características dessas famílias e as formas e modos de ser e agir de cada pessoa, valorizando a história individual e social, em consonância com o fomento à convivência pacífica, aos limites necessários à preservação do respeito a si e a outrem, e de forma a estabelecer relações sociais harmoniosas, produtivas e de preservação ao espaço e equipamentos do serviço. A execução do trabalho deverá ser processual, numa relação dinâmica, contínua e dialógica, propiciando a participação do sujeito na construção de um projeto de vida ético, político e coletivo.

Deverá criar ofertas diversificadas, que possibilitem a essas pessoas, o retorno ao mundo sociofamiliar e afetivo, do trabalho, dos direitos e da cidadania. O foco se constitui no fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais, na defesa do direito, no fortalecimento das potencialidades e da prática dos deveres cidadãos.

As ofertas do serviço deverão ser executadas por profissionais capacitados, por meio de atividades socioeducativas que compreendem o desenvolvimento integral do cidadão, garantindo a defesa e afirmação dos direitos, inclusão social, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia individual e coletiva.

A grade de atividades socioeducativas deverá ser pautada nos seguintes eixos:

- Acolhida/recepção;
- Autocuidado;
- Benefícios assistenciais;
- Saúde;
- Mercado de trabalho/Geração de Renda;
- Convívio/Sociabilidades/Atividades Culturais/Esportivas;
- Direitos e Cidadania.

Deve-se ainda, orientar o trabalho social no serviço alinhado nas seguintes dimensões complementares:

## **a-) Acolhida**

A **acolhida** deve ser entendida e presente:

### **a1-) Acolhida Inicial**, compreendendo:

- > Recepção acolhedora por parte dos profissionais com postura de não discriminação de qualquer natureza;
- > Compreensão das demandas e da situação apresentada;
- > Início da construção de vínculos.

### **a2-) Postura Acolhedora** durante o período de acompanhamento, compreendendo:

- ,\_ Refletida na conformação dos ambientes do serviço;
  - > Refletida na organização democrática;
  - > Refletida na valorização da participação dos usuários;
  - );- Refletida no respeito e na consideração das suas trajetórias de vida;
- Essencial em toda a equipe, em todos os momentos da intervenção profissional.

## **b-) Acompanhamento Especializado**

### **b1-) Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar**

- Importante instrumento no trabalho com as pessoas em situação de rua.
- Construído de forma participativa junto com os (as) usuários (as).
- Deve ser flexível, dinâmico e repactuado sempre que necessário.
- Reconhecimento da especificidade de cada situação atendida.
- Reflete necessidades e demandas dos (as) usuários (as), bem como metas e objetivos traçados que se pretenda alcançar.

No Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, dever ser elaborado com base no planejamento conjunto do trabalho social desenvolvido entre usuários e profissionais, imprescindível para o alcance dos objetivos desse processo:

- Instrumento de trabalho/ registro de informações;
- Construído junto com os usuários - metodologia participativa;
- Construído gradualmente- avaliado continuamente (flexível e dinâmico);

- Expressa os objetivos, onde se quer chegar;
- Organiza a atuação interdisciplinar, delineando os caminhos a serem seguidos pela equipe;
- Pode contar com a participação de profissionais da rede;
- Possibilita o monitoramento e a avaliação do trabalho social desenvolvido e dos resultados alcançados.

O Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar deve considerar:

- Quem é o usuário e sua trajetória de vida (histeria em outros serviços etc.);
- Referências e vínculos;
- Demandas e necessidades;
- Potencialidades que podem/devem ser fortalecidas;
- Recursos existentes para superação de dificuldades;
- Estratégias a serem adotadas;
- Compromissos assumidos;
- Percurso proposto para o acompanhamento (intervenções, ações de interesse, periodicidade etc.);
- Objetivos e metas que se pretenda alcançar;
- Avaliação contínua do acompanhamento.

## **b2-) Articulação em Rede**

A rede compreende:

- ./ Serviços Socioassistenciais de PSB e PSE
  - ./ Serviço Especializado em Abordagem Social
  - ./ Serviço de Acolhimento Institucional
- ./ Serviços de Políticas Públicas Setoriais
  - ./ Saúde
  - ./ Habitação
  - ./ Trabalho e Renda
  - ./ Educação e Segurança Alimentar
- ./ Redes Sociais Locais e Movimentos Sociais em Rede

- ../ Demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Centros de Defesa, dentre outros)
- ../ Sistema de Segurança Pública
- ../ Instituições de Ensino e Pesquisa
- ../ Serviços, Programas e Projetos de Instituições Não-Governamentais e Comunitárias.
- ../ Articulação para acesso à documentação pessoal

Contudo, mas não menos importante, os executores desse serviço com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS por meio da SAS Regional EM, deverá manter qualificação e formação continuada de todos os profissionais.

Ressalta-se a importância da oferta e viabilização da participação dos profissionais em processos de formação e capacitação convergentes com a tipologia do serviço, e com as políticas públicas, especialmente a de assistência social. Na atuação com pessoas em situação de rua, também é importante o conhecimento, o acompanhamento e o estímulo a participação dos trabalhadores nos espaços de controle social da política de assistência social e do segmento (fóruns, conselhos e conferências).

Nos processos metodológicos teremos também:

- i. Discussões de caso com a rede: O CAE Família faz parte do SGD e nesse sentido é preciso haver um diálogo com os demais atores que atuam no caso, para que se evitem ações fragmentadas e enviesadas, buscando a compreensão da totalidade do caso no objetivo de minimizar os possíveis sofrimentos para a família atendida como também, maximizar as possibilidades.
- ii. Reuniões externas e ações no território: Compreende-se que as articulações de rede são estratégias para fomentar e divulgar as especificidades do Serviço, cumprindo um papel de formação com os demais profissionais que atuam na

garantia de direitos de pessoas em situação de rua, através de ações que permitam capacitar e orientar através de palestras sobre a temática.

iii. Aspectos necessários a serem registrados:

- a. Dados de identificação do serviço;
- b. Data da supervisão e nome do supervisor técnico;
- c. N° profissionais presentes no período da visita;
- d. Controle da lista de usuários/conviventes em acolhimento x capacidade conveniada; e) Se houve desligamentos de usuários/conviventes e os principais motivos;
- e. Encaminhamentos para a rede Socioassistencial e outras políticas públicas (Saúde; Educação; Trabalho);
- f. Atividades socioeducativas e cotidianas em andamento no serviço, com a participação dos usuários/conviventes;
- g. Atividades socioeducativas e de lazer realizadas em recursos da comunidade e da cidade;
- h. Trabalho com família realizado no período;
- i. Parceria realizada com outros atores públicos;
- j. Preenchimento do Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários-SISA;
- k. Organização e condições do espaço físico, mobiliário e insumos;
- l. Mecanismos de participação e avaliação do serviço pelos usuários/conviventes.

iv. Outros Instrumentais Necessários no Desenvolvimento do Serviço

a) Ficha Cadastral

Dados de identificação do usuário/convivente (nome, sobrenome, nome da mãe e data de nascimento), entrada/saída e motivo da saída do serviço, composição familiar (quando grupo de família), referências familiares (se houver), escolaridade, informações profissionais e demandas apresentadas. Documento importante para criar ou atualizar as

informações do Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários - SISA, podendo ser o inicial do Plano Individual de Atendimento - PIA;

**b) Plano Individual de Atendimento- PIA**

O Plano Individual de Atendimento é um instrumento de responsabilidade da equipe técnica do serviço, construído conjuntamente com o indivíduo ou família. Tem como base a escuta qualificada, e é elaborado a partir de um diagnóstico social que subsidiará a análise e avaliação técnica para o estabelecimento das metas e o planejamento das ações e estratégias para alcançá-las. O acompanhamento do Plano Individual de Atendimento – PIA, no caso de grupo familiar do PIA Familiar, consiste na realização dos atendimentos contínuos, assegurando trabalho social personalizado, que favoreça o processo de reconstrução de suas vidas e reinserção social, familiar e comunitária. Trata-se ainda, de um compromisso firmado pela família/ indivíduo para a busca de seu protagonismo social. Todo usuário/convivente e/ou grupo familiar terá seu PIA. Isto quer dizer que o PIA se inicia a partir do primeiro contato com o indivíduo/família, e devem ser registradas nesse instrumental, ações mesmo as que sejam de curtíssimo prazo. À medida que o vínculo entre indivíduo/família e o serviço for aumentando, que a confiança for se concretizando, o PIA será contemplado com novas propostas, com avaliação dos planos realizados anteriormente, e com ações de maior prazo, seja médio ou longo. Essa forma de lidar com o PIA deve ser constante, assim o PIA estará em constante movimento de avaliação. O PIA deve conter ações que fortaleçam e/ou desenvolvam a capacidade protetiva das famílias, com a finalidade de conseguirem encontrar caminhos/soluções para os problemas. A sua elaboração e implementação envolve toda a equipe do serviço em um esforço coletivo e interdisciplinar, considerando, para tanto a importância das diferentes funções, atribuições e responsabilidades da equipe, bem como participação ativa do indivíduo/família. A construção do PIA deve se dar em dois momentos:

1º - deve conter diagnóstico social e possibilidades de encaminhamento.  
2º - plano de ação para (re) construção de um projeto de vida, o qual se realizará a partir de atividades socioeducativas e ações socioassistenciais, tendo sempre em vista as possibilidades, potencialidades e habilidades do indivíduo/família em situação de rua a serem desenvolvidas.

c) Folha de Prosseguimento

Para registro do acompanhamento sistemático das propostas de encaminhamentos, as ações, as realizações e as pendências. Este instrumental compõe o PIA.

d) Controle de Presença

Instrumental de controle de frequência diária dos indivíduos/ membros das famílias, serve também como instrumental de coleta para posterior preenchimento da DEMES e do SISA.

e) Crachá/Carteirinha de identificação

Identificação do usuário/convivente (indivíduo) e do serviço com endereço, telefone e horário de funcionamento.

f) Declaração de endereço

Documento que comprova a acolhida/residência do indivíduo/família no serviço para fins de emprego, bancos e correspondências em geral.

g) Formulário de encaminhamento (referência e contra referência)

Os encaminhamentos são atividades técnicas que compreendem a orientação e direcionamento dos usuários/conviventes para os serviços socioassistenciais, políticas setoriais, objetivando a promoção do acesso a direitos e a conquista de cidadania. Pressupõe contatos prévios e posteriores do técnico com os serviços de forma a possibilitar a efetivação do encaminhamento, garantir retorno da informação e o efetivo



atendimento e inclusão do usuário/convivente. Deve ser formalizado em documento que possa ser entregue ao usuário/convivente e/ou enviado para outra unidade, com identificação do serviço, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop de abrangência e identificação/assinatura do técnico que realizou o encaminhamento.

h) **Relatório Social**

É a descrição ou relato do que foi possível conhecer por meio de estudo, pesquisa, visitas realizadas ou a apresentação das atividades desenvolvidas em determinado setor. Pode ainda conter informações acerca de providências tomadas em determinadas situações ou justificar encaminhamentos. O conteúdo do relatório deve extrapolar o burocrático e conter subsídios para uma primeira tomada de conhecimento, portanto, deve explicitar as razões pelas quais foram avaliados como viáveis, profissionalmente, a informação ou o encaminhamento. Caso contrário, não será relatório, mas apenas informe.

i) **Relatório de Atividades e Lista de Presença**

Relatório das atividades desenvolvidas com os indivíduos/ famílias, e lista de presença dos participantes. Os registros das atividades devem conter dados como: tipo da atividade (reunião socioeducativa, palestra, oficina, evento, etc.), pauta, metodologia, síntese das situações trabalhadas, encaminhamentos e avaliação sobre os aspectos facilitadores e dificultadores do seu desenvolvimento. As informações deverão ser preenchidas no Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários – SISA, em link específico para esta finalidade (ATIVIDADES: Grade de Atividades, Participação), após o lançamento dos dados e arquivo no sistema, também é possível salvar em outros locais e imprimir os registros (RELATÓRIO: Participantes, Resumo).

j) Relatório Mensal de Atividades

Resumo qualitativo das atividades socioeducativas internas e externas com os usuários/conviventes. capacitação com os profissionais do serviço, bem como interface realizada com a rede Socioassistencial e de outras políticas públicas desenvolvidas no mês, a ser entregue ao técnico supervisor.

O serviço deverá manter "Prontuários" individualizados por núcleo familiar ou quando pessoas sozinhas por indivíduo, no qual constarão todas as informações coletadas por meio dos instrumentais mencionados. Também é importante salientar que em caso de pessoas travestis e transexuais deve ser observado o DECRETO nº 51.180 de 14 de janeiro de 2010, no que tange a utilização do nome social e não do nome civil.

#### 6.6. Forma de monitoramento e avaliação dos resultados

Para o Samaritano a avaliação de resultados, como processo de verificação do impacto do serviço, ainda é um grande desafio para transformar a realidade instituída e, afirmativamente promover a militância da política de assistência social.

A sistematização das diversas pesquisas nacionais sobre o tema confrontam os paradigmas da teoria com a práxis cotidiana, a crítica sobre a conjuntura político-social, enfim, promove o processo de reflexão-decisão-ação-reflexão.

Portanto, os pressupostos da avaliação da medida de proteção do acolhimento institucional compartilham as decisões numa base de consulta e troca entre múltiplos avaliadores; define como avaliadores o próprio educando (sujeito do processo de aprendizagem), os colegas com quem convive em caráter mais permanente num dado período, sua família e os educadores mais envolvidos com ele no espaço de tempo a ser considerado. Por se pretender assegurar um exercício pedagógico democrático e compatível com os valores e princípios inicialmente enunciados, a avaliação envolve necessariamente o diálogo, a troca em que as partes apresentam seus pontos de vista e sugestões, que são igualmente ponderados e em que o poder decisório é compartilhado.

O que torna o usuário (educando) e o educador gradualmente competente para avaliar é o diálogo, a experiência, a reflexão crítica, o estudo, a sistematização de análises, bem como o comprometimento com certos princípios e valores que dão a base para todas as ações educativas.

Considerando o impacto deste Plano de Trabalho a curto e médio prazo a Samaritano concorda com ROCHE (1999) afirmando que a avaliação d'impacto é a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas - positivas ou negativas, planejadas ou não nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações (ROCHE, 1999)<sup>1</sup>.

Avaliar todas as mudanças (positivas ou negativas), inclusive as não planejadas e esperadas, contribui para ter uma visão mais ampliada do impacto - já que este pode afetar também outras pessoas, que não apenas os sujeitos de ação do projeto. Por fim, é interessante lembrar sempre que essas mudanças, em geral, não são lineares, e que o contexto local e as políticas econômicas e sociais mais amplas podem interferir nelas.

Para realizar uma avaliação de impacto desta parceria de maneira bem sucedida é fundamental:

- ./ Diagnóstico inicial consistente;
- ./ Objetivos específicos e atividades correspondentes bem definidas;
- ./ Resultados e impactos esperados claros;
- ./ Indicadores coerentes;
- ./ Estratégias e instrumental de avaliação de processo bem desenhados;
- ./ Ferramentas de registro e espaço para reflexão do projeto previamente definidas.

Segundo ROCHE (1999), vários autores destacam que *não é possível fazer uma avaliação de impacto de maneira bem sucedida se a tarefa mais básica de avaliação das atividades e seus efeitos imediatos não ocorrerem de modo apropriado.*

---

<sup>1</sup> Diretrizes para avaliação de impactos sociais. Roche (1999)

Portanto, no decorrer desta parceria o levantamento dos registros serão fundamentais para refletir sobre a prática, gerar aprendizados e acompanhar, não apenas os indicadores, mas toda a caminhada do projeto.

Geralmente a finalidade de uma avaliação de impacto é demonstrar as mudanças ocorridas e melhorar as práticas futuras.

Contudo, sabemos que o monitoramento é instrumento importante na gestão dos serviços, já que a partir deste podemos acompanhar o desenvolvimento das ações e reorientar as mesmas quando necessário, no sentido da consecução das metas estabelecidas para o serviço em tela.

Para registro, monitoramento e avaliação da execução dos serviços, do acompanhamento técnico, da supervisão técnica, da prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros e demais procedimentos complementares dos serviços socioassistenciais serão elaborados os instrumentais definidos por SMAOS bem como, os demais instrumentais estabelecidos nas legislações pertinentes ao serviço.

Serão criados instrumentais para o controle e acompanhamento das ações diárias de forma que gerados relatórios, esses dados alimentem as planilhas do poder público (SMADS) e sejam inseridos em Sistema de Informação de Atendimento, como forma de permitir a avaliação por parte de SMADS da efetivação da Política Pública através do serviço prestado.

O processo de monitoramento também será sistematizado através de reuniões da equipe multidisciplinar da seguinte forma:

- a) Avaliação das atividades socioeducativas realizadas;
- b) Reuniões sistemáticas da equipe multidisciplinar de discussão e relataria dos casos atendidos;
- c) Reuniões periódicas com a equipe para determinar linhas de atuação, trabalhando os indicadores de qualidade e quantidade;
- d) Reunião mensal com os familiares e os profissionais e os usuários do serviço;

- e) Reuniões de fomento da rede de serviços para discutir avanços e retrocessos na parceria e no desenvolvimento do trabalho;
- f) Supervisão técnica do CRAS/CREAS à equipe de profissionais do serviço;
- g) Reuniões sistemáticas e periódicas de avaliação dos resultados e metas registradas em instrumentais específicos indicados por SMADS e também pela própria Organização.

Reiteramos que o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos serviços se dão em duas instâncias complementares: pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no acompanhamento técnico realizado pelas Supervisões de Assistência Social e na planificação de dados pelo Observatório de Política Social; e, ainda, pelos serviços, nas avaliações realizadas por profissionais e pelas pessoas atendidas.

Para a gestão do Banco de Dados do Observatório de Política Social, cabe aos serviços informar, mensal e trimestralmente, dados gerais das famílias e indivíduos atendidos. O acompanhamento e a avaliação nos serviços devem ocorrer de forma sistemática e contínua, considerando a participação da equipe de profissionais, e das pessoas atendidas. É um processo que deve representar a busca incessante de compreensão das necessidades, dificuldades e facilidades, interesses e aptidões, para que se possam promover novas oportunidades de avanço na trajetória de cada um.

Assim, o processo de avaliação verificará o aproveitamento e desenvolvimento das pessoas atendidas, considerando: participação; socialização; aquisição de novas habilidades; desenvolvimento de potencialidades, postura e atitude frente aos desafios; impacto na qualidade vida dessas pessoas, ou seja, o bem-estar físico, afetivo, emocional e social. Verificará, também, as mudanças de atitudes nas organizações da localidade para promoção de práticas inclusivas.

Aos profissionais cabe observar e aplicar metodologias que permitam a participação nesse processo, na perspectiva de construção de um espaço de acolhimento, de

convivência e de vivência de experiências que levem à autonomia, às práticas de convívio, pautadas no respeito e colaboração mútua, e de cidadania.

Para tanto, devem ser mantidos registros atualizados em instrumentais próprios que contenham dados e informações expressas a partir de análises significativas - qualitativas e quantitativas, de todo o processo desenvolvido, considerando as especificidades do atendimento, a evolução das parcerias e da ação em rede, além do desenvolvimento e evolução da família e indivíduo frente às açõ:s propostas.

Também é importante respaldar o processo de análise do serviço em dados concretos de seu desenvolvimento, e os indicadores de resultados e as metas do trimestre, são elementos que favorecem o acompanhamento e avaliação das ações.

#### 6.7 Demonstração de metodologia do trabalho social com famílias

Entre os princípios que regem a política de assistência social, a LOAS destaca, em seu Artigo 4º- 111: "(...) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade" (L.OAS,Artigo 4º).

A questão da convivência familiar e comunitária define uma escolha quanto ao modo de atendimento, rompendo a tradição de institucionalização presente na história dos serviços sociais. Portanto, o trabalho com as famílias, como indica o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, torna-se basilar para que ela possa oferecer proteção e cuidado adequados ao bom desenvolvimento de seus filhos.

A família ganha no SUAS uma centralidade importante e deve ser atendida no âmbito da proteção social básica, destinada aos que vivem em situação de vulnerabilidade social..

O novo conceito de família permite ampliar a visão sobre o núcleo familiar de proteção para além dos laços de consanguinidade. De todo modo, é preciso reconhecer que a

família está mudando e que a legislação tem procurado sintonizar-se com essa mudança. Reconhece-se hoje a existência de diversos arranjos familiares, considerando-se, como família, o grupo que cumpre a função protetiva.

Outro eixo importante do trabalho social é o território. Essa ideia trabalha na perspectiva de romper a centralização no planejamento e na execução de serviços e programas sociais.

Aproximar o serviço do usuário e atendê-lo em suas demandas de proteção integral – essa é a mudança cultural que buscaremos imprimir ao longo da execução do serviço.

O olhar para a família num contexto de proximidade territorial permite o exercício da vigilância diante das situações de vulnerabilidade e risco. A situação de pobreza ou miséria pode tornar mais difícil enfrentar os eventos naturais da vida e os prejuízos físicos ou socioemocionais em ocorrências de abandono, negligência, discriminação ou violência dentro ou fora do lar.

A ênfase do trabalho social, com famílias referenciadas, significa pensar a proteção com desenvolvimento e emancipação: buscando-se a capacidade dos membros da família, ajudando-os na construção de seu processo de autonomia e na busca do suporte necessário para o acesso aos serviços e programas sociais públicos.

O apoio à família visa valorizar suas "fortalezas e potencialidades" evitando-se culpabilizá-la pela situação em que se encontra e promovendo sua inclusão na rede de proteção social, nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e demais políticas sociais, para que ela possa desempenhar seu papel de proteção e cuidado dos filhos.

Finalizamos este tópico lembrando, que famílias com redes primárias fortalecidas terão condições muito melhores de proporcionar cuidado e promover o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

## **6.8 Demonstração de conhecimento e capacidade de articulação com serviços da rede Socioassistencial local e políticas setoriais, no âmbito territorial**

Muito já se foi dito que o serviço aqui proposto somente obterá resultado por meio da articulação da rede Socioassistencial local e das políticas setoriais .

Portanto, a articulação em rede é um facilitador, assim como é de suma importância para o desenvolvimento de qualquer trabalho social.

Visando o fortalecimento do sistema de garantia de direitos e a efetividade nos atendimentos e encaminhamentos das famílias, a articulação será conjuntamente SAS EM, na efetivação de demais parcerias com a rede socioassistencial, visando articulação de ações conjuntas com as Unidades Básicas de Saúde, Rede Escolar Estadual e Municipal, Serviços conveniados com SAS EM, CAT, CIEE, CAPS, Poupatempo, comércio local, entre outros.

A OSC Samaritano São Francisco de Assis participa de redes, locais. Municipais, Estaduais e Nacionais e já tem consolidadas as seguintes parcerias:

- ../ Consorcio Intermunicipal Grande ABC;
- ../Secretaria Estadual da Justiça e Defesa da Cidadania;
- ../Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente
- ../Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo  
(SAS EM e SAS Mooca)
- ../ Secretaria da Educação do Município de São Paulo (ORE Itaquera)
- ../ Secretaria Municipal de Saúde / SP – Programa DST/AIDS;
- ../Universidade de São Paulo – USP LESTE –
- ../Centro de Referência Fidelis Ribeiro;
- ../Coordenadoria Municipal de Saúde da Região Leste;
- ../Supervisão Regional de Saúde de Ermelino Matarazzo;
- ../FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo;



- vCONDECA- Fundo Estadual da Criança e do Adolescente;
- v CONSEA/SP- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
- v-Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo;
- v"Pastoral do Menor;
- v-Prefeitura Municipal de Diadema
- v"Rotary Clube da Vila Carrão/SP
- v"Secretaria de Trabalho e Emprego do Município de Diadema.
- v- Secretaria Estadual da Agricultura / SP;
- v-secretaria Municipal da Cultura / SP;

**6.9. Detalhamento dos recursos humanos estabelecidos na Portaria de tipificação dos serviços editada pela SMADS, quanto a profissionais e suas quantidades:**

**6.9.1 especificar no quadro de recursos humanos a formação de cada profissional, bem como, a carga horária, habilidades, atribuições e competências.**

**Quadro de Recursos Humanos**

FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Gerente de Serv	01	40 h
Técnico (Assistente Social)	01	30 h
Técnico (Psicólogo)	01	40 h
Orientador Socioeducativo - Dia - 40 h	03	40 h
Orientador Socioeducativo Noite - 12 x 36	05	12x36 h
<u>Agente Operacional</u> – 40 h	04	40 h
Subtotal	15	

Obs.: O profissional de Serviço Social passa a ter a carga horária semanal de 30 horas em cumprimento às disposições contidas na Lei Federal nº12.317/2010.

> **Gerente**

**Perfil**

- Formação Mínima: Nível Superior em Humanas;
- Comprovada experiência em serviços, programas ou projetos voltados para pessoas em situação de média e/ou alta vulnerabilidade social;
- Experiência na área social, em gestão pública e gestão de equipes;
- Experiência e conhecimento sobre população em situação de rua;
- Conhecimento das normativas e legislações referentes à política de assistência social e às pessoas em situação de rua;
- Habilidade para a comunicação, coordenação de equipe, mediação de conflito, organização de informações, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços;
- Pró-atividade;
- Ter domínio na área de informática;
- Coordenar e supervisionar as estratégias que permitam minimizar as situações de vulnerabilidade.

**Atribuições e Competências**

- Responsável pela estrutura física dos serviços de atendimento à população em situação de rua;
- Verificar no dia a dia se os ambientes estão de acordo para oferecerem o que está previsto nas normatizações, como: banheiro - oferecimento de banho e higiene; lavanderia – oferecimento de lavagem e secagem de roupa; salas de atendimento individualizado e salas de atividades coletivas e tudo que se refere ao bom andamento do serviço de acolhimento;
- Garantir proteção integral às pessoas em situação de rua, contribuindo para a reinserção social;
- Garantir que o direito dos usuários/conviventes seja respeitado;
- Responsável pela compra dos alimentos;
- Responsável pela equipe de profissionais do serviço (contratação, avaliação, dispensa e técnica);
- Seleção de novos profissionais;
- Capacitação e treinamento dos profissionais;
- Reuniões semanais com a equipe do serviço;
- Reunião com usuários quando necessário;
- Elaborar em conjunto com os orientadores um plano de trabalho de atividades a serem executadas com as famílias e indivíduos;
- Reuniões com equipe da unidade estatal que realiza a supervisão técnica do serviço;
- Articulação com os serviços de outras políticas públicas;

- Responsável pela prestação de contas com a Prefeitura, e pela entrega dos instrumentais necessarios para a manutenção do funcionamento e do monitoramento do serviço (instrumentais e documentos conforme orientação e legislação vigente de SMADS);
- Elo de ligação entre supervisor técnico do serviço e a organização;
- Responsável pela alimentação dos sistemas de informação da SMADS e o monitoramento das informações inseridas pelos profissionais da unidade.

### Técnicos- Assistente Social e Psicólogo

#### Perfil

- Formação Mínima: Nível superior, com graduação em Serviço Social ou Psicologia;
- Conselho Profissional ativo na área de formação;
- Conhecimento das normativas e legislações referentes á política de assistência social e às pessoas em situação de rua;
- Conhecimento da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direito;
- Conhecimentos teóricos, habilidades e domínio metodológico necessário ao desenvolvimento de trabalho social com pessoas em situação de rua;
- Conhecimento e desejável experiência em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e no atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.

#### Assistente Social- Atribuições e Competências

- Acolhida/Recepção e escuta da família - ouvir, identificar e registrar as necessidades pessoais e sociais da família;
- Estudo Social – identificar demandas e registrá-las em instrumentais apropriados;
- Construção e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento – PIA Familiar junto o psicólogo e a família- construindo um processo de saída das ruas e reinserção social;
- Orientação individual/grupal – auxiliar na construção de projetos e escolha de estratégias para alcance da autonomia e inserção social;
- Construir junto com as famílias o Regimento Interno do serviço de atendimento à população em situação de rua;
- Implantar e Monitorar o Regimento Interno do serviço;
- Operacionalização de referência e contrarreferência – articulação com serviços locais que permitam realizar e receber encaminhamentos das famílias com resolutividade das necessidades apresentadas;
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- Busca de contato com familiares e /ou pessoas de referência;
- Visitas domiciliares, quando estas forem possíveis;
- Identificação e encaminhamento de usuários/conviventes com perfil para inserção em Programa de Transferência de Renda - PTR ou Benefício de Prestação Continuada - BPC;

- Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho;
- Elaboração de relatórios e manutenção de prontuários;
- Desenvolvimento de atividades que estimulem o resgate dos vínculos familiares e intrafamiliares;
- Encaminhar o usuário/convivente para provisão de benefícios eventuais estabelecidos pela LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social- exemplo – passagem de volta ao local de origem;
- Elaboração de um plano de ação (atividades e atendimento) integrado com os demais técnicos;
- Articulação e discussão de casos com as equipes de saúde (agentes comunitários de saúde, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas- CRATOD, etc.), quando necessário.

### **Psicólogo- Atribuições e Competências**

- Acolhida/Recepção e escuta da família – ouvir, identificar e registrar as necessidades pessoais e sociais da família;
- Construção e acompanhamento ao Plano Individual e Atendimento – PIA Familiar, junto com o assistente social e a família - construindo um processo de saída das ruas;
- Orientação individual/grupal – auxiliar na construção de projetos e escolha de estratégia para alcance da autonomia e inserção social -- não é sua atribuição psicoterapia nos serviços de assistência social;
- Construir junto com as famílias o Regimento Interno do serviço de atendimento à população em situação de rua;
- Implantar e Monitorar o Regimento Interno do serviço;
- Operacionalização de referência e contrarreferência – articulação com serviços locais que permitam realizar e receber encaminhamentos da família com resolutividade das necessidades apresentadas;
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- Busca de contato com familiares e /ou pessoas de referência;
- Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho;
- Elaboração de relatórios e manutenção de prontuários;
- Articulação e discussão de casos com as equipes de saúde (agentes comunitários de saúde, Centro de Atenção Psicossocial- CAPS, Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - CRATOD, etc.), quando necessário;
- Desenvolvimento de atividades que estimulem o resgate dos vínculos familiares e intrafamiliares.

### **Orientador socioeducativo**

#### **Perfil**

- Formação Mínima: Nível médio, e preferencialmente com experiência em trabalhos com pessoas em situação de rua;

- Conhecimento e desejável experiência em trabalho com pessoas e famílias em situação de rua e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

#### **Atribuições e Competências**

- Desenvolvimento de atividades socioeducativas para o fortalecimento da sociabilidade;
- Elaborar plano de trabalho de atividades a serem executadas junto aos usuários/conviventes;
- Desenvolvimento de atividades de convívio social, estimulando a participação em atividades na rede pública e privada;
- Estimular a participação dos usuários/conviventes nas ações do cotidiano nos serviços de atendimento à população em situação de rua e responsabilização pelo cuidado do espaço físico;
- Estimular o respeito ao espaço do outro;
- Realizar atividade de convívio e de organização da vida cotidiana;
- Incentivo à organização dos pertences dos usuários/conviventes, hábitos de higiene, cuidados pessoais e outros aprendizados;
- Desenvolver atividades de orientação ao mercado de trabalho;
- Desenvolver atividades de incentivo a autonomia, protagonismo e participação cidadã;
- Estimular o convívio pacífico entre os usuários/conviventes.

#### > **Agentes Operacionais**

##### **Perfil**

- Formação Mínima: Alfabetizado

##### **Atribuições e Competências**

- Responsável pela higiene e manutenção física do espaço físico do serviço;
- Estimular a participação dos usuários/conviventes nas ações do cotidiano no serviço, e responsabilização pelo cuidado do espaço físico;
- Estimular o respeito ao espaço do outro;
- Utilizar e armazenar os produtos de higiene e limpeza de forma adequada
- Auxiliar os orientadores socioeducativos;
- Acompanhar fluxo de entrada e saída dos usuários/conviventes;
- Preparar os alimentos de modo higiênico de acordo com as normas da Coordenação de Vigilância em Saúde- COVISA;
- Apoiar na organização e controle do estoque;
- Fornecer apoio para o pleno funcionamento do serviço.

Ressalta-se neste plano, a capacitação continuada dos recursos humanos visando reconhecer as habilidades e competências de cada profissional e a participação em atividades formativas que serão realizadas em conjunto com Slv1ADS, CREAS, CRAS da SAS EM e SMADS e Espaço do Aprender Social – ESPASO sem no entanto, deixarmos de citar toda a rede socioassistencial.

Esse processo será realizado de forma contínua e abrangerá aspectos teóricos e práticos de todas as temáticas inerentes ao serviço ora proposto.

### 6.9.2 Especificar a distribuição dos profissionais para a operacionalização e gestão do serviço para a garantia dos resultados e metas propostas

Apresenta-se abaixo a operacionalização do serviço, indicando a distribuição dos profissionais. Consideramos que o quadro abaixo apenas é um indicativo de organização e distribuição dos profissionais para o funcionamento do serviço.

Qtde.	Cargo	Horário de Trabalho	Período de Trabalho/Folgas
		Das 08:00 às 17:00h	
1	Gerente de Serviço I	Obs.: horário padrão, mas poderá realizar outros horários para o devido acompanhamento das atividades.	De segunda a sexta-feira •
	Técnico-Assistente Social	Das 09:00 às 15:00h*	De segunda a sexta-feira •
	Técnico – Psicólogo	Das 11:00 às 20:00h	De segunda a sexta-feira•
	Orientador Socioeducativo	Das 07 às 16:00h	De segunda a sexta-feira
	Orientador Socioeducativo	Das 10 às 19:00h	De segunda a sexta-feira
1	Orientador Socioeducativo	Dia - folguista	folguista
5	Orientador Socioeducativo	12 x 36 noite	De segunda a segunda, sendo folguista
4	Agente Operacional	12x36dia	De segunda a segunda

\* O profissional de Serviço Social passa a ter a carga horária semanal de 30 horas em cumprimento às disposições contidas na Lei Federal nº 12.317/2010

\*\* Devido a característica ininterrupta do serviço, o Gerente e Técnicos podem de acordo com a necessidade, ajustarem o período de trabalho e folga, garantindo plantões em finais de semana e feriados (caso o serviço apresente necessidade)

### 6.9.3 Especificar a utilização das horas técnicas, quando for o caso

Não está previsto a aplicação de horas técnicas.

## 7. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA PARCERIA

7.1. Descrição de receitas expressas pelo valor da parceria (de acordo com a Planilha Referencial de Custo dos serviços elaborada pela SMADS)

Valor Mensal	Valor 180 Dias	Valor Total da Parceria
R\$ 125.661,48	R\$ 753.968,88	RS 753.968,88

O Valor mensal é sem isenção da cota patronal, ou outro tipo de isenção tributária.

7.2. Descrição das despesas dos custos diretos e indiretos (o valor total da parceria deve ser de acordo com a Planilha Referencial de Custo dos serviços elaborada pela SMADS)

DEMOSTRATIVO DE CUSTEIO DO SERVIÇO	
SAS	EM
TIPOLOGIA	SERVIÇO: CENTRO DE ACOLHIDA ESPECIAL PARA FAMÍLIAS - CAE FAMÍLIAS
NOME FANTASIA	CAE-FAMÍLIAS SANTA RITA DE CÁSSIA
EDITAL	
N2 PROCESSO	
N2TERMO DE	

COLABORAÇÃO		
<b>RECEITAS</b>		
Valor mensal de desembolso da Parceria	125.661,48	
Valor de contrapartida em bens	6.300,00	
Valor em contrapartida em serviços	00,00	
Valor contrapartida em recursos financeiros	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>131.961,48</b>	
<b>DESPESAS</b>		
<b>CUSTOS DIRETOS</b>	<b>CATEGORIAS</b>	<b>VALOR</b>
	I - RECURSOS HUMANOS	31.696,32
	11 - ENCARGOS SOCIAIS	18.849,80
	111 - IMÓVEIS	2.876,16
	IV - DEMAIS DESPESAS	71.285,20
	<b>TOTAL</b>	<b>124.707,48</b>
<b>CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>ITENS</b>	<b>VALOR</b>
	SERVIÇO DE CONTABILIDADE	954,00
	<b>TOTAL</b>	<b>954,00</b>
<b>CUSTOS INDIRETOS</b>		
CUSTOS INDIRETOS	954,00	
<b>TOTAL DE CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>954,00</b>	
<b>TOTAL DE CUSTOS</b>	<b>125.661,48</b>	

São Paulo, 29 de março de 2018.



CECÍLIA STRINGHINI

PRESIDENTE

DESCRIÇÃO DOS ITENS DE DEPESAS

CUSTOS DIRETOS

CATEGORIA I - RECURSOS HUMANOS (descrever todos os trabalhadores diretos)

Cargos	Turno	Carga Horária	Salário Base	Total Remuneração
GERENTE DE SERVIÇOS I	DIURNO	40HS	4.819,47	4.819,47
{2} TÉCNICOS- ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGOS	DIURNO	30HS/40HS	2.789,67	5.579,34
(3) ORIENTADOR SOCIOEDUCATIVO	DIURNO	40 HS	1.603,42	4.810,26
{5} ORIENTADOR SOCIOEDUCATIVO	NOTURNO	12 X 36	2.405,13	12.025,65
(4) AGENTE OPERACIONAL	DIURNO	40 HS	1.115,40	4.461,60
TOTAL				31.696,32

CATEGORIA II - ENCARGOS SOCIAIS (descrever)

Encargo	Alíquota	Valor
ENCARGOS SEM ISENÇÃO DE COTA PATRONAL)	37,90%	12.012,90

FUNDO PROVISIONADO	21,57%	6.836,90
TOTAL		18.849,80
CATEGORIA 111 -IMÓVEIS (descrever valor mensal)		
Item		Valor Total
CONCESSIONÁRIAS		2.876,16
ALUGUEL		0,00
IPTU =valor mensalsendo,(VALOR TOTAL DIVIDIDO POR 12)		0,00
TOTAL		2.876,16
CATEGORIA IV- DEMAIS DESPESAS (descrever de acordo com os itens previsto para a tipologia)		
Item		Valor Total
ALIMENTAÇÃO		55.392,00
MATERIAIS PARA O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO E PEDAGÓGICO		725,60
OUTRAS DESPESAS		14.297,60
SERVIÇO DE LAVANDERIA		1.824,00
TOTAL		71.285,20
PARA O ELEMENTO: "OUTRAS DESPESAS" (descrever de acordo com previsto nas normas legais vigentes)		
Item		Valor Total
MATERIAL DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE		800,00
REPARO E MANUTENÇÃO DO IMÓVEL		5.297,60
HIGIENE E LIMPEZA		8.200,00
TOTAL		14.297,60
CUSTOS INDIRETOS		

DESCRIÇÃO	Valor Mensal
Serviço de Contabilidade	954,00

### 7.3. Quadro Resumo de aplicação dos Recursos Financeiros

RECEITAS		DESPESAS	
Valor mensal de desembolso da parceria		Custos diretos	125.661,48
Contrapartida em bens	6.300,00	Custos Indiretos	954,00
Contrapartida em serviços		VALOR TOTAL	125.661,48
Contrapartidas em recursos financeiros	0		

### 7.4. Descrição dos rateios de despesa (de acordo com o Plano de Trabalho apresentado)

O serviço ora proposto não contempla nenhuma despesa a ser rateada.

### 7.5. Descrição de aplicação da verba de implantação (de acordo com o Plano de Trabalho apresentado)

#### 7.5.1 Valor solicitado:

Para a implantação do referido serviço será necessário o valor equivalente a R\$ 125.661,48 (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos).

#### 7.5.2. Descrição das despesas:

A verba de implantação será utilizada de acordo com a legislação vigente de SMADS para a estruturação inicial do serviço.

Dentre os itens necessários, destacamos:

01	Utensílios de Cozinha: (pratos, copos, talheres, bandejas, porta alimentos, panelas, formas, canecas entre outros)	R\$ 13.876,16
02	Tcalhas de mesa e cortinas	R\$ 3.800,00
03	Enxoval de cama Uogos de lençóis, edredons, mantas, capas para colchões/travesseiros e fronhas)	R\$ 18.000,00
04	Toalhas de banho e rosto	R\$ 8.000,00
05	Travesseiros	R\$ 4.000,00
06	Materiais para primeiros socorros	R\$ 2.600,00
07	Equipamento de proteção individual e coletiva para os operacionais.	R\$ 4.500,00
09	Uniformes e crachás para os profissionais	R\$ 5.612,80
10	Utensílios para lavanderia (baldes, bacias, pregadores, varal)	R\$ 2.500,00
11	Utensílios para limpeza e higienização como: lixeiras de vários tamanhos, baldes, vassouras, rodos, pás de lixo, mangueira, escadas, container para lixo.	R\$ 6.800,00
12	Tábuas para passar roupas	R\$ 1.200,00
13	Caixa com ferramentas básicas (martelo, chaves de fenda, furadeira, etc)	R\$ 1.800,00
14	Materiais pedagógicos e socioeducativos para realização de oficina socioeducativas, terapêuticas e inclusão socioprodutiva; como jogos de xadrez; dama; dominó, quebra-cabeça, jogos de memória, materiais para tricô, crochê, fuxico, pinturas em tecido (tintas), romãs de linhas e lãs em cores variadas, agulhas, bastidores para bordados, tecidos para artesanato, pistolas para cola quente, ferramentas e materiais para confecção de bijuterias, e outros..	R\$ 8.300,00
15	Contratação de horas/aula para capacitações dos profissionais contratados com os seguintes temas: Mediação de conflitos; redução do impacto social do uso abusivo de álcool e outras drogas; desenvolvimento de potencialidades e organização coletiva; temáticas transversais como gênero, diversidade étnico-racial e inclusão social integral, Família, trabalho em equipe, cuidado com o Ser Humano, Legislações vigentes para o atendimento, conhecimento e estratégias para o trabalho em rede, entre outros.	R\$ 16.000,00
16	Adequação predial	R\$ 28.672,52
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 125.661,48</b>



1 <sup>a</sup>	125.661,48	0,00	6.300,00	0,00	0,00
1 <sup>a</sup>		125.661,48		1.330,00	0,00
2 <sup>a</sup>		125.661,48		1.330,00	0,00
3 <sup>a</sup>		125.661,48		1.330,00	0,00
4 <sup>a</sup>		125.661,48		1.330,00	0,00
5 <sup>a</sup>		125.661,48		1.330,00	0,00
6 <sup>a</sup>		125.661,48		1.330,00	0,00
7 <sup>a</sup>		0,00		0,00	0,00
8 <sup>a</sup>		0,00		0,00	0,00
9 <sup>a</sup>		0,00		0,00	0,00
10 <sup>a</sup>		0,00		0,00	0,00
11 <sup>a</sup>		0,00		0,00	0,00
12 <sup>a</sup>		0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>125.661,48</b>	<b>R\$ 753.963,88</b>	<b>6.300,00</b>	<b>7.980,00</b>	<b>0,00</b>

Obs.: Este quadro demonstra os valores das parcelas referentes ao período entre o mês início de vigência da parceria e o término do exercício civil. A partir do exercício civil seguinte, serão 12 parcelas de igual valor até o penúltimo exercício. O último exercício, o número de parcelas corresponderá ao período entre o primeiro mês do exercício e o mês de término de vigência del parceria.

## 10. INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Para a OSC Samaritano a avaliação de resultados, como processo de verificação do impacto do serviço, ainda é um grande desafio para transformar a realidade instituída e, afirmativamente promover a militância da política de assistência social, contribuindo para a erradicação da institucionalização de crianças e adolescentes neste território.

A sistematização das diversas pesquisas nacionais sobre o tema confrontam os paradigmas da teoria com a práxis cotidiana, a crítica sobre a conjuntura político-social, enfim, promove o processo de reflexão-decisão-ação-reflexão.

O que torna o usuário e o Técnico gradualmente competente para avaliar é o diálogo, a experiência, a reflexão crítica, o estudo, a sistematização de análises, bem como o comprometimento com certos princípios e valores que dão a base para todas as ações educativas.

Considerando o impacto deste Plano de Trabalho a curto e médio prazo a Samaritano concorda com ROCHE (1999) afirmando que a avaliação de impacto é a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas - positivas ou negativas, planejadas ou não nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações (ROCHE, 1999)<sup>1</sup>.

Avaliar todas as mudanças (positivas ou negativas), inclusive as não planejadas e esperadas, contribui para ter uma visão mais ampliada do impacto - já que este pode afetar também outras pessoas, que não apenas os sujeitos de ação do projeto. Por fim, é interessante lembrar sempre que essas mudanças, em geral, não são lineares, e que o contexto local e as políticas econômicas e sociais mais amplas podem interferir nelas.

Para realizar uma avaliação de impacto desta parceria de maneira bem sucedida é fundamental:

- v" Diagnóstico inicial consistente;
- v" Objetivos específicos e atividades correspondentes bem definidas;
- ../ Resultados e impactos esperados claros;
- v" Indicadores coerentes;
- v" Estratégias e instrumental de avaliação de processo bem desenhados;
- v" Ferramentas de registro e espaço para reflexão do projeto previamente definidas.

<sup>1</sup> Diretrizes para avaliação de impactos sociais. Roche (1999)

[https://books.google.com.br/books?id=FG3lCgAAOBAJ&pg=PA28&lpl=-PA28&dq=Roche1999+avalia%C3%A7%C3%A3o+de+impacto&source=bl&ots=5TIVcvQh&si!=Zn\\_EvHrDqt193113mc:JwhkQ47s&hl=pt-BR&sa=X&ved=OahUKewipijOtxtf0AhXK\\_ip^KHS-LDaEQ6AEIHDA Mi v=onepage&g=Roche%20i999%20avalia%C3%A7%C3%A3o+de%20impacto&f=false](https://books.google.com.br/books?id=FG3lCgAAOBAJ&pg=PA28&lpl=-PA28&dq=Roche1999+avalia%C3%A7%C3%A3o+de+impacto&source=bl&ots=5TIVcvQh&si!=Zn_EvHrDqt193113mc:JwhkQ47s&hl=pt-BR&sa=X&ved=OahUKewipijOtxtf0AhXK_ip^KHS-LDaEQ6AEIHDA Mi v=onepage&g=Roche%20i999%20avalia%C3%A7%C3%A3o+de%20impacto&f=false)

Segundo ROCHE (1999), vários autores destacam que *não é possível fazer uma avaliação de impacto de maneira bem sucedida se a tarefa mais básica de avaliação das atividades e seus efeitos imediatos não ocorrerem de modo apropriado.*

Portanto, no decorrer desta parceria o levantamento dos registros serão fundamentais para refletir sobre a prática, gerar aprendizados e acompanhar, não apenas os indicadores, mas toda a caminhada do projeto.

Geralmente a finalidade de uma avaliação de impacto é demonstrar as mudanças ocorridas e melhorar as práticas futuras.

Contudo, sabemos que o monitoramento é instrumento importante na gestão dos serviços, já que a partir deste podemos acompanhar o desenvolvimento das ações e reorientar as mesmas quando necessário, no sentido da consecução das metas estabelecidas para o serviço em tela.

O processo de monitoramento também será sistematizado através de reuniões da equipe multidisciplinar da seguinte forma:

- . Avaliação das atividades socioeducativas realizadas
- . Reuniões sistemáticas da equipe multidisciplinar de discussão e relatoria dos casos atendidos
- . Reuniões periódicas com a equipe para determinar linhas de atuação, trabalhando os indicadores de qualidade e quantidade
- . Reunião mensal com os familiares/responsáveis e os profissionais e os usuários do serviço
- . Reuniões de fomento da rede de serviços para discutir avanços e retrocessos na parceria e no desenvolvimento do trabalho
- . Supervisão técnica de CREAS à equipe de profissionais do serviço
- . Reuniões sistemáticas e periódicas de avaliação dos resultados e metas

Os indicadores de avaliação e as metas previstas estão de acordo com o preceituado no parágrafo 4º, do artigo 15 da Portaria 55/SMADS/2017.



Dimensão	Indicadores	Parâmetros
1: Organização e Funcionamento – Espaço Físico:	Indicadores: ambiente organizado e acolhedor: acessibilidade: espaço físico: manutenção: alimentação: preservação e guarda dos materiais: comunicação: social.	De 10 a 16 pontos é SATISFATÓRIO:
2: Organização e Funcionamento – Gestão dos Recursos Financeiros:	Indicadores: Acompanhamento das despesas de flexibilização: compatibilidade dos compromissos de despesa e quantidades, justificativa de gastos imprevistos ou fora do padrão, grau de organização das informações administrativas, e financeiras:	De 5 a 7 pontos é SATISFATÓRIO:
3: Organização e Funcionamento – Gestão Administrativa:	Indicadores: Quadro de Profissionais: Participação em Ações formativas: abrangência da supervisão: in loco: Horário do funcionamento: posturas dos profissionais: Ilustrações do: informações dos usuários: Estimulo à participação em espaços de controle social ou defesa de direitos:	De 29 a 42 pontos é SATISFATÓRIO:
4: Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-Operativa – Trabalho com Usuários:	Indicadores: grau de participação na construção das normas de convivência: atualização: registro dos usuários: socialização das informações: discussão de casos: estratégias para inclusão/atualização dos usuários no Cadastro e outros programas de transferência de renda: mapeamento das relações de vínculos afetivos: participação dos usuários nos projetos de revitalização: participação dos usuários no planejamento das atividades: aquisições dos usuários, por atividade desenvolvida: atividades: canais de comunicação e sugestão de usuários: intensidade das intervenções dos profissionais na mediação de conflitos: mecanismos para avaliação das atividades: articulação entre atividades e espaços para difusão das produções dos usuários: estímulo à participação dos usuários durante as atividades: laicidade e respeito à diversidade religiosa nas atividades desenvolvidas:	De 96 a 100 pontos é SATISFATÓRIO:
5: Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-Operativa – Trabalho com Família:	Indicadores: mapeamento das relações de vínculos afetivos: participação dos familiares nos projetos de revitalização: participação dos familiares no planejamento das atividades: aquisições dos familiares por atividade desenvolvida: habilidades de socialização e convívio: canais de comunicação e sugestão de usuários: intensidade das intervenções dos profissionais na mediação de conflitos: mecanismos para avaliação das atividades: visitas domiciliares: serviços de referência: articulação entre atividades e espaços para difusão das produções dos usuários: estímulo à participação dos usuários durante as atividades:	De 73 a 100 pontos é SATISFATÓRIO:
6: Acompanhamento de Plano de Trabalho – Dimensão Técnico-Operativa – Trabalho com Território:	Indicadores: participação nas atividades do território: Mapeamento dos recursos acionados no município no território: Articulação com outros serviços municipais, especificando quais e os objetivos: Articulação com outros serviços de outras políticas, especificando quais e os objetivos: Articulação para realização de eventos comunitários, passeios ou atividades alternativas com usuários/famílias:	De 22 a 31 pontos é SATISFATÓRIO:
<b>TOTAL GERAL</b>		De 0 a 116 pontos é INSATISFATÓRIO: de 117 a 233 pontos é SATISFATÓRIO COM RESERVA: e de 234 a 349 pontos é SATISFATÓRIO.

São Paulo, 05 de abril de 2018.



■  
CECILIA STRI GHINI  
PRESIDENTE  
SAMARITANO SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Cecília Stri Ghini  
Presidente  
RG: 15 034 896-1